

RECURSO ADMINISTRATIVO: PROCESSO Nº 6.626/2023 RECURSO VOLUNTÁRIO: PROTOCOLO Nº 3.802/2023

RECORRENTE: ACELERA CORRETORA E ASSESSORIA DE SEGUROS EIRELI

<u>RECORRIDA</u>: SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA <u>RELATOR</u>: LUIZ ALBERTO CANDIDO PIMENTEL

REVISOR: LUCIANA CARVALHO SARAIVA

ASSUNTO: PEDIDO DE REENQUADRAMENTO NO SIMPLES NACIONAL

RELATÓRIO

Senhora Presidente, Procurador Fiscal e demais Conselheiros:

Trata-se de **RECURSO VOLUNTARIO**, interposto por **ACELERA CORRETORA E ASSESSORIA DE SEGUROS EIRELI**, em face da decisão da Secretaria de Fazenda, ante a decisão de indeferimento lavrado pelo Departamento de Fiscalização;

Os presentes autos foram inaugurados a partir da intimação do Simples Nacional nº 6284, iniciado em 01/09/2022, por meio do qual a contribuinte tomou ciência da existência de divergências, suscetível de penalizações ao não atendimento no prazo legal;

Considerando que não houve atendimento da regularização total de suas obrigações fiscais dentro do prazo estabelecido no art. 6° da resolução 140/2018, a decisão foi no sentido de INDEFERIMENTO, pelo que foi lavrado o Termo de Exclusão do Simples Nacional n.º 7168, do qual o contribuinte tomou ciência em 11/11/2022.

Notificada da decisão do indeferimento do pedido, a Requerente manteve a discordância, solicitando encaminhamento a Este Conselho de Recursos Fiscais, para reanálise do respectivo pedido.

A peça recursal veio acompanhada de documentos com os quais a requerente pretende demonstrar a procedência de suas alegações, vale dizer: Contrato Social, alvará e CNPJ, recibo de alteração de dívida na Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no qual pleiteia o pedido de reenquadramento no Simples Nacional, objeto da presente demanda.

Quanto ao item 1 (um) da contestação da recorrente constatamos que a Secretaria Municipal de Fazenda procedeu com a intimação para regularização das pendências existentes conforme intimação anexada na folha n.º 18 e termo de exclusão de folha n.º 42, do protocolo 3802/2023, ambos com a devida ciência no sistema eletrônico.

Ressalto ainda que a empresa não realizou a regularização total de suas obrigações no sentido do cumprimento das divergências em aberto no sistema



dentro do prazo, conforme art. 6º da resolução 140/2018, ou seja, até 31 de janeiro de 2023, como consta nas folhas 33 e 34 do protocolo 3802/2023.

É o relatório,

Teresópolis, 22 de maio de 2024

Luiz Alberto Candido Pimentel Conselheiro Relator Luciana Carvalho Saraiva Conselheiro Revisor



VOTOS DOS RELATOR E REVISOR

O Recorrente ACELERA CORRETORA E ASSESSORIA DE SEGUROS EIRELI, ingressou com o Processo Recursal a este Conselho de Recursos Fiscais em 03/03/2023, portanto tempestivamente, já que a ciência foi dada em 27/02/2023, e o Reguerente tinha 20 (vinte) dias para interpor o Recurso a este Conselho.

Conforme relatório, trata o presente contencioso sobre a exclusão do Contribuinte do regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, nos termos do artigo 81, II, d e art. 84, VI da Resolução CGSN nº 140/2018, uma vez que restou comprovada o não atendimento a todas as divergências até a data limite, exigida no Termo de Intimação do Simples Nacional nº 06284:

O Contribuinte reconhece a irregularidade apontada no referido Termo de Intimação, eis que procedeu a realização de parte das retificações apontadas, ficando claro e evidente que a mesma não foi totalmente concretizada e, portanto, não surtiu seus efeitos, face ao descumprimento da totalidade das exigências constantes da intimação;

Pelo exposto, sou favorável a manutenção da decisão da Secretaria Municipal de Fazenda e consequentemente pela IMPROCEDÊNCIA do presente recurso.

Teresópolis, 21 de maio de 2024

Luiz Alberto Candido Pimentel Conselheiro Relator Luciana Carvalho Saraiva Conselheiro Revisor



RECURSO ADMINISTRATIVO: PROCESSO Nº 6.626/2023 RECURSO VOLUNTÁRIO: PROTOCOLO Nº 3.802/2023

RECORRENTE: ACELERA CORRETORA E ASSESSORIA DE SEGUROS EIRELI

RECORRIDA: SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA RELATOR: LUIZ ALBERTO CANDIDO PIMENTEL

REVISOR: LUCIANA CARVALHO SARAIVA

ASSUNTO: PEDIDO DE REENQUADRAMENTO NO SIMPLES NACIONAL

VOTOS DOS RELATOR E REVISOR

O Recorrente ACELERA CORRETORA E ASSESSORIA DE SEGUROS EIRELI, ingressou com o Processo Recursal a este Conselho de Recursos Fiscais em 03/03/2023, portanto tempestivamente, já que a ciência foi dada em 27/02/2023, e o Requerente tinha 20 (vinte) dias para interpor o Recurso a este Conselho.

Conforme relatório, trata o presente contencioso sobre a exclusão do Contribuinte do regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, nos termos do artigo 81, II, d e art. 84, VI da Resolução CGSN nº 140/2018, uma vez que restou comprovada o não atendimento a todas as divergências até a data limite, exigida no Termo de Intimação do Simples Nacional nº 06284:

O Contribuinte reconhece a irregularidade apontada no referido Termo de Intimação, eis que procedeu a realização de parte das retificações apontadas, ficando claro e evidente que a mesma não foi totalmente concretizada e, portanto, não surtiu seus efeitos, face ao descumprimento da totalidade das exigências constantes da intimação;

Pelo exposto, sou favorável a manutenção da decisão da Secretaria Municipal de Fazenda e consequentemente pela IMPROCEDÊNCIA do presente recurso.

Teresópolis, 22 de maio de 2024

Luiz Alberto Candido Pimentel Conselheiro Relator Luciana Carvalho Saraiva Conselheiro Revisor Processo Administrativo nº 6626/2023

Recorrente: Acelera Corretora e assessoria de Seguros LTDA

Recorrida: Fazenda Municipal

Relator: Luiz Alberto Candido Pimentel Revisor: Luciana Carvalho Saraiva

Assunto: Recurso contra exclusão do Simples Nacional

Processos Voluntários: 3802/2023 - 3802/2023

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos deste Processo, etc...

A C O R D A M os Conselheiros que compõem este Conselho de Recursos Fiscais de Teresópolis, por unanimidade de votos pela manutenção da decisão da Secretaria Municipal de Fazenda e consequentemente pela IMPROCEDÊNCIA do presente recurso, nos termos do relatório e voto da Relatora.

Teresópolis, 28 de maio de 2024.

Maria da Conceição Tavares Ramos Presidente

Luiz Alberto Candido Pimentel Conselheiro Relator